Segunda-Feira, 09 de Novembro de 2026

Datacenters: a febre e os espelhinhos

Vive-se hoje, globalmente, uma revolução tecnológica impulsionada por ferramentas de inteligência artificial (IA). Um dos seus sintomas é a febre dos datacenters, uma disputa alucinada por galpões gigantescos, repletos de servidores, que consomem energia e água como se fossem cidades inteiras. A IA, afinal, não é uma nuvem simbólica, ambientalmente neutra: ela respira eletricidade e bebe água. Muita água.

A explosão do uso de IA generativa — na medicina, na advocacia, na engenharia, na educação, no entretenimento, nas finanças e até nas conversas triviais — desencadeou uma demanda trilionária por infraestrutura digital. Segundo a consultoria *Synergy Research Group*, os investimentos globais em datacenters ultrapassaram US$ 200 bilhões em 2023 e devem chegar a US$ 400 bilhões anuais até 2028.

A McKinsey projeta que, apenas nos Estados Unidos, serão necessários US$ 150 bilhões em novas instalações até 2030 para atender à demanda crescente de IA. Somas semelhantes se anunciam do Oriente Médio à Ásia e à Europa — todas competindo pela mesma infraestrutura escassa, energia barata e água disponível.

É uma corrida planetária. E o Brasil, claro, não quer ficar de fora. Governadores, prefeitos e secretários de desenvolvimento repetem o mantra: *"Datacenters trarão prosperidade, empregos, inovação e bilhões em investimentos."*

O discurso é sedutor. Em regiões pobres, soa como redenção. Em municípios de arrecadação modesta, surge como a oportunidade de ouro há muito esperada. Mas é preciso cuidado: nem tudo que reluz é silício.

Datacenters são vorazes consumidores de energia. Um único campus de hiperescala pode demandar 300 a 500 megawatts — o equivalente ao consumo de uma cidade de 300 mil habitantes. A Agência Internacional de Energia estima que, até 2030, datacenters e redes de IA responderão por algo entre 4% e 6% de toda a eletricidade mundial.

No tocante à água, o resfriamento dos megaservidores exige volumes colossais. Em Dublin, na Irlanda, a expansão foi limitada porque os datacenters já consomem 10% de toda a água tratada da cidade. Em Santiago, no Chile, a instalação de novos complexos foi suspensa por risco ao abastecimento humano. E, como demonstram estudos recentes, o consumo hídrico indireto — aquele embutido na geração elétrica — pode ser ainda maior que o consumo local.

No Brasil, todavia, essa febre chega embalada como promessa de modernidade. Municípios disputam quem oferece mais incentivos fiscais, terrenos baratos, energia subsidiada e licenciamento acelerado.

Mas há problemas sérios a considerar. Após a construção, um datacenter gera poucos empregos permanentes e a tecnologia que ele abriga não é transferida ou internalizada. O software, a propriedade intelectual e a maior parte das receitas ficam nos países de origem das *Big Techs*. O Brasil recebe o galpão; as matrizes recebem o lucro.

Em regiões de estresse hídrico — como o interior paulista ou o Semiárido — a competição com o colossal consumo de energia e água dos datacenters é uma ameaça real para as populações. Um licenciamento ambiental adequado poderia mitigar essa ameaça. Mas as recentes 'flexibilizações' na legislação federal e estadual apontam para o caminho oposto: menos análise integrada, mais decisão fragmentada. O Brasil ganha pressa; perde qualidade no controle.

Não se trata de rejeitar datacenters em bloco — bem regulados, podem até ancorar investimento em energia renovável e gerar receita tributária relevante para municípios pequenos. O problema não é o datacenter; é a

ausência de regras que condicionem sua chegada à capacidade real de cada território.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) aprovou recente moção em que manifesta profunda preocupação com políticas de atração de datacenters que ignoram salvaguardas socioambientais. O órgão exige critérios rigorosos de sustentabilidade, transparência e justiça socioambiental, demandando diretrizes específicas para o licenciamento.

Isso inclui a obrigatoriedade de estudos ambientais abrangentes, monitoramento de eficiência hídrica e energética, avaliação de impactos cumulativos, participação pública plena e vedação de instalações em áreas de estresse hídrico crítico. Pela sua gravidade e impacto, o licenciamento de datacenters não pode ser banalizado mediante procedimentos simplificados ou meramente autodeclaratórios.

Em muitos aspectos, a febre dos datacenters lembra a velha história dos colonizadores europeus que, ao chegarem às Américas, ludibriaram povos originários com espelhinhos brilhantes enquanto saqueavam ouro e prata. Hoje, os espelhinhos são promessas de “inovação”, “modernidade”, “IA”, “prosperidade digital”.

Nesta versão contemporânea, o ouro e a prata são a nossa energia firme, a água potável e a renúncia de receitas fiscais. Se não houver debate sério, transparente e tecnicamente informado, o Brasil cometerá o erro histórico de entregar recursos naturais valiosos em troca de ilusões cintilantes, transformando regiões vulneráveis em zonas de sacrifício hídrico e energético, enquanto os lucros viajam para fora.

A atração de datacenters exige planejamento territorial, ciência, rigor técnico e coragem regulatória, o que passa, no mínimo, por regras nacionais unificadas de licenciamento, moratória em áreas de estresse hídrico crítico e contrapartidas obrigatórias de eficiência energética. Sem isso, repetiremos, no século XXI, a velha trapaça dos espelhinhos.

Luiz Henrique Lima é professor e Doutor em Planejamento Energético e Ambiental